

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.082.947 - SP (2017/0079674-3)

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : MONICA TONETTO FERNANDEZ E OUTRO(S) - SP118945**  
**AGRAVADO : VESUVIUS REFRATÁRIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : THIAGO D'AUREA CIOFFI SANTORO BIAZOTTI - SP183615**  
**RODRIGO FUX - RJ154760**

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1117):

TRIBUTÁRIO. Ação anulatória de débito fiscal. Materiais refratários destinados ao processo de industrialização do aço. Inclusão do valor pago a título de IPI na base de cálculo do ICMS. Inadmissibilidade. Inteligência do art. 155, § 2º, XI, da Constituição Federal. Sentença de procedência. Recursos oficial e voluntário não providos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.144/1.151).

No apelo nobre (e-STJ fls. 1.174/1.191), a recorrente, apontando violação do art. 13, § 2º, da LC 87/1996, sustentou, *in casu*, a inclusão do IPI na base de cálculo do ICMS da mercadoria adquirida, pois não destinada à produção, mas ao uso e consumo da recorrida. Afirmou, ainda, que, diversamente do assentado no julgado estadual, essa mercadoria não pode ser considerada como insumo, haja vista que não integra como elemento essencial a composição do produto final.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.195/1.215.

O Tribunal de origem obistou o recurso especial por entender incidir a Súmula 7 do STJ (e-STJ fl. 1.250); fundamento esse com o qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 1.261/1.266).

Contraminuta às e-STJ fls. 1.269/1.276.

O ente público manejou, também, agravo para destrancar recurso extraordinário no qual veicula a mesma irresignação.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em

# *Superior Tribunal de Justiça*

comento não merece ser mesmo admitido, uma vez que o tema de fundo nele suscitado, referente à inclusão do IPI na base de cálculo do ICMS, é de ordem constitucional, disciplinado no art. 155, § 2º, XI, da Carta Política, sendo certo que foi com base na interpretação desse dispositivo que o Tribunal estadual motivou o seu julgado.

Frise-se, por oportuno, que o invocado art. 13, § 2º, da LC 87/1996 apenas reproduz referido comando constitucional.

Tem-se, assim, que o conhecimento do presente recurso especial representaria usurpação de competência da Suprema Corte, inclusive já manifestada em outros feitos semelhantes, a saber: ARE 1.187.109 AgR, Relator Min. Luiz Fux, Primeira Turma, Public 29/05/2019; RE 630.504 AgR, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Public 19-06-2012; RE 507.347 AgR, Relator Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Public 10/05/2012; RE 191.648, Relator Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, DJ 20/06/1997.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator